

Sobra dinheiro: vamos transformá-lo em salário

No dia 6 de dezembro teve lugar, na Reitoria da Unicamp, a reunião da Comissão Técnica Cruesp-Fórum das Seis, destinada a avaliar a situação orçamentária e salarial das três universidades estaduais paulistas, compatibilizando critérios de ambas as partes para a negociação salarial. A USP foi representada pelo professor Hélio Nogueira da Cruz, então coordenador da Codage, e a Adusp pelo professor Osvaldo Coggiola, vice-presidente da entidade.

Pelas estimativas de arrecadação de ICMS, da Secretaria da Fazenda, correspondentes ao mês de dezembro, utilizadas até essa reunião,

existiria uma “sobra de caixa” superior a R\$ 30 milhões, levando-se em conta um comprometimento acumulado de 85% do orçamento global da USP, Unesp e Unicamp em gastos com pessoal.

Isto possibilitaria um reajuste mensal de 1,5% nos salários, ou a concessão de um abono de montante superior a 19% do salário de um professor-doutor MS-3. O Fórum das Seis levou essa análise à reunião, assim como a defasagem de 16% dos salários em relação ao crescimento da arrecadação do ICMS.

Deterioração

Os representantes do Cruesp apresentaram novos

números, baseados em novas “estimativas”, que reduziram a sobra a praticamente a metade do previsto. O Fórum comprometeu-se a analisar esses números, não sem deixar clara sua preocupação com a deterioração salarial num quadro de crescimento dos repasses financeiros às universidades por parte do Estado.

Os representantes do Cruesp, no entanto, já anteciparam sua posição de que nenhum centavo da sobra de caixa seja transformado em salário ou gratificação para os docentes.

O Fórum solicitou uma reunião de negociação salarial a curto prazo, com-

prometendo-se a apresentar propostas viáveis para um reajuste salarial sem ultrapassar o limite de 85% fixado pelo Cruesp (recorde-se, porém, que o Conselho Universitário da USP fixou um teto de comprometimento salarial de 88% do orçamento universitário).

O Cruesp toma hoje as mesmas atitudes equivocadas que em novembro/99. Semeia o descontentamento que poderá ter resultado parecido com o de 2000. Como sempre, o Fórum das Seis continua reivindicando reuniões efetivas de negociação da questão salarial e da ampliação da contratação de professores e funcionários.

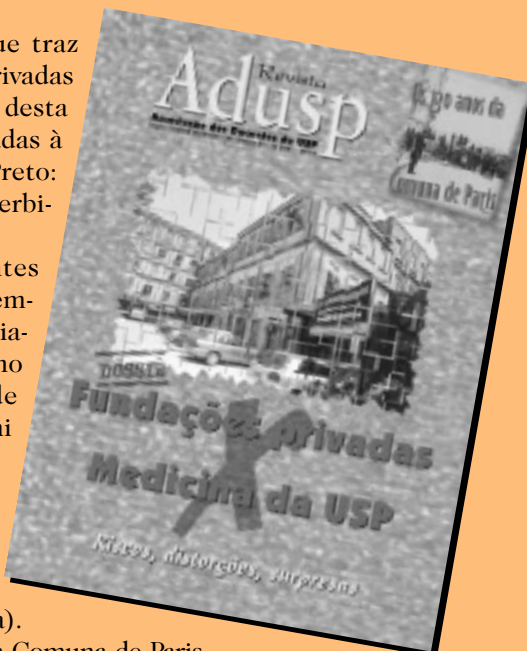
Revista Adusp 24

Já está circulando a Revista Adusp 24, que traz a conclusão do dossiê sobre as fundações privadas vinculadas à USP. As principais reportagens desta edição abordam a atuação das fundações ligadas à Medicina da USP, em São Paulo e Ribeirão Preto: Fundação Faculdade de Medicina, Fundação Zerbiní, Fundação Criança, Faepa etc.

Os textos trazem revelações surpreendentes sobre essas fundações, entre as quais, por exemplo, as tabelas que contêm os critérios de avaliação empregados na premiação por desempenho (complementação salarial) da Faculdade de Medicina e a participação da Fundação Zerbiní em empreendimentos empresariais.

O tema é objeto, ainda, de quatro artigos, de autoria dos professores Laerte Sznelwar e Mauro Zilbovicius (Politécnica-Vanzolini), Iran Siqueira (Fipecafi), Vicente Amato Neto (Medicina) e José Maria Pacheco (Saúde Pública).

A revista trata também do 130º aniversário da Comuna de Paris, em três artigos, e do desfecho do processo sucessório na Reitoria.



“Abriu-se nova etapa de lutas pela Universidade Pública”, diz Roberto Leher p.2

Governador nomeia e Conselho Universitário empossa Hélio Nogueira na vice-reitoria p.3

Som dos anos 60 e 70 anima o tradicional baile da Adusp p.4

Professores irão a Melfi para interceder contra punições a alunos p.3

ROBERTO LEHER

“A voz do docente hoje ecoa mais na sociedade”

Para o presidente do An-des-SN, professor Roberto Leher, a greve das instituições federais de ensino superior foi vitoriosa e abriu novas perspectivas para a luta pelo ensino público de qualidade no país. Após mais de 100 dias de paralisação e negociações conturbadas com o MEC, os docentes conseguiram que boa parte de suas reivindicações fosse assegurada pelo projeto de Lei 5805/01, que já foi aprovado na Câmara Federal e aguarda votação no Senado. Leia abaixo a entrevista que Leher (foto) concedeu ao *Informativo Adusp*.



Agência Estado

O governo cumpriu o acordo para o fim da greve?

Tudo indica que o acordo está sendo cumprido. Não pelo governo, mas pelo parlamento. Toda a negociação durante a greve se deu com o Legislativo. O projeto, que ficou muito próximo do que o acordo previa, já foi aprovado na Câmara e entra na pauta de votação do Senado dia 20/12, em regime de urgência.

Pode-se dizer que greve foi vitoriosa?

Sem dúvida. A avaliação é unânime em todos os sindicatos que nos apoiaram. Conseguimos manter o Regime Jurídico Único, ponto político mais agudo da greve. Conseguimos abrir mais 2.000 vagas para concurso de professores, além das já programadas antes da greve, o que vai contra a lógica do governo de contratar professores temporários e desvinculados da pesquisa. Também conseguimos equiparar as gratificações do ensino básico e superior, assegurando que os professores

do ensino básico tivessem suas titulações reconhecidas. Além disso, conseguimos uma reposição parcial das perdas salariais da ordem de 13%. Certamente está abaixo das nossas necessidades, mas tem o mérito de incidir sobre o rendimento básico, e não sobre as gratificações, como o governo pretendia, e de ser extensiva a todos os docentes: do ensino básico e superior, ativos e aposentados.

Como será a reposição das aulas perdidas durante a greve?

Vai depender de cada instituição. Como já não existia um calendário comum antes da greve, seria muito difícil fazer a reposição de maneira uniforme. Mas tiramos como fatores comuns que a reposição será integral, assegurando a qualidade acadêmica.

O que muda nas universidades federais depois da greve?

Muda a perspectiva de futuro. Se não tivéssemos vencido a greve, a perspectiva seria tenebrosa. Abriu-se uma nova etapa de lutas pela universidade pública. A voz do docente, hoje, ecoa muito mais na sociedade. As conquistas dessa greve criaram uma situação de alento para a universidade pública brasileira. O modelo republicano de universidade volta a ser possível.

Notícias sobre os Plebiscitos

O 4º Congresso da USP, que aconteceu no primeiro semestre de 2001, deliberou pela realização de três plebiscitos. O primeiro, que versava sobre condições de acesso e permanência na Universidade, estrutura de poder e fundações na USP, ocorreu em outubro passado, mas ainda está sendo apurado. Faltam poucas unidades.

O resultado das 25 questões propostas mostra perfis diferentes, por categoria (docente, funcionário e estudante) e por característica da área, embora sobre algumas questões haja praticamente unanimidade, como a defesa da Universidade pública e gratuita, a ampliação do número de vagas

no ensino público, a realização de auditorias nas fundações privadas ligadas à USP e a eleição paritária do reitor, diretores de unidades, chefes de departamento e demais cargos de chefia na universidade.

A Comissão Organizadora reuniu-se recentemente e deverá divulgar o resultado global deste primeiro plebiscito no começo do ano letivo de 2002. Deliberou, ainda, que o segundo (centrado na caracterização das atividades-fins da universidade) e o terceiro (versando sobre financiamento e interação com a sociedade) deverão ocorrer, respectivamente, em abril e maio de 2002, precedidos de seminários e debates sobre os temas a serem abordados.

Congregação da ECA volta a adiar discussão da Fundac

Na sessão do dia 12/12, a Congregação da Escola de Comunicações e Artes retirou de pauta a discussão sobre a fundação privada vinculada à unidade. A Fundação para o Desenvolvimento das Artes e das Comunicações (Fundac) vive uma situação irregular, pois seu convênio com a ECA, embora aprovado pela Congregação, jamais foi assinado. Também não foi submetido ao Conselho Universitário, como manda o Regimento da USP.

A Fundac, no entanto, atua rotineiramente na ECA. Cobra dos alunos o pagamento pela emissão dos diplomas dos cursos de graduação, comercializa o catálogo da graduação e organiza “cursos de extensão”.

Os motivos alegados para retirar o assunto de pauta: 1) a discussão sobre fundações tem que esperar pela decisão do CO; e 2) todas as fundações da USP estariam irregulares, logo, a cobrança à Fundac seria desnecessária.

Em maio de 2001, a representação discente propôs que a Congregação discutisse o assunto numa sessão futura, proposta aprovada por unanimidade. Mas o ponto só foi discutido em outubro quando, novamente a pedido dos RDs, marcou-se uma sessão extraordinária para a discussão do assunto. A reunião extraordinária, porém, não teve quórum: compareceram apenas sete dos 39 integrantes. Na reunião de novembro, os RDs conseguiram incluir o assunto na pauta da reunião de dezembro.

Professores pedirão ao Reitor audiência para discutir processos contra estudantes

Daniel Garcia

Uma comissão de professores vai solicitar audiência com o Reitor para discutir o encaminhamento que será dado aos dois processos administrativos que pesam sobre nove estudantes. O grupo — que já tem confirmados os nomes dos professores Osvaldo Coggiola, representando a Adusp, além de Franklin Leopoldo e Silva, Jair Borin e Marilena Chauí — está sendo formado a convite do DCE, uma vez que a entidade não conseguiu um lugar na agenda do reitor Adolpho Melfi para tratar do problema.

Os dois processos nos quais os estudantes foram indiciados são relativos à ocupação do Conselho Universitário (CO) no dia 26/6 para impedir que a proposta da Reitoria de regulamentação das fundações na USP fosse aprovada sem debate.

Sete alunos respondem a um dos processos, já em fase de conclusão; o outro processo, também relativo à ocupação, foi instaurado tardiamente, após a comissão de sindicância da Reitoria definir que outros dois estudantes também seriam responsáveis pelo ato do dia 26/6. Concluídos os processos, os estudantes podem sofrer penas que vão desde a advertência verbal até suspensão e eventual expulsão.

Tomar posição

O professor Osvaldo Coggiola, vice-presidente da Adusp, ressalta a importância de os docentes tomarem posição nessa questão, lembrando que os processos estão diretamente ligados à discussão da presença de fundações privadas na USP, que interessa a toda a comunidade acadêmica. “A comissão vai pleitear a inocência dos



Negociação entre os estudantes e o professor Massola durante o “abraço” de 4/9

estudantes e pedir que o Reitor considere as proporções de qualquer sanção que possa ser tomada nesses processos”, afirma Coggiola.

Ainda não foi definida data para que aconteça a audiência. Segundo o DCE, a comissão deve ser fechada essa semana e então caberá a ela

marcar a reunião com o Reitor, o que deve acontecer no início de 2002.

A Reitoria também indicou uma comissão de sindicância para apurar a participação de nove estudantes no chamado “abraço na Reitoria”, que aconteceu no dia 4/9, quando novamente a questão

das fundações estava na pauta do CO. Naquela ocasião os alunos obstruíram as entradas do prédio da Reitoria e conseguiram adiar mais uma vez a manifestação do CO sobre a proposta de regulamentação das fundações. Sobre essa sindicância ainda não foi emitido qualquer parecer.

CO homologa nomes de pró-reitores e dá posse a Hélio Nogueira como Vice-Reitor

Temas polêmicos foram retirados da pauta da reunião de 18/12

O Conselho Universitário realizou, no dia 18 de dezembro, sua última reunião em 2001. Na ocasião, tomou posse como vice-reitor da USP o professor Hélio Nogueira da Cruz, até então titular da Coordenação de Administração Geral (Codage).

Eleito na véspera, pelos integrantes do colégio eleitoral, para uma lista tríplice também integrada pelos professores Antonio Marcos Massola e Horácio Carlos Panne-

pucci, o professor Hélio Nogueira foi escolhido para o cargo de Vice-Reitor pelo governador Geraldo Alekmin.

Foram homologadas no CO as indicações de nomes para as pró-reitorias, a saber: Adilson Avansi de Abreu (Cultura e Extensão), Sonia Penin (Graduação), Luiz Nunes (Pesquisa) e Suely Vilela (Pós-Graduação). Foram distribuídos, na reunião, currículos dos pró-reitores e programa para cada uma das pró-reitorias.

Os dois temas mais polêmicos da pauta, o impasse na representação estudantil (graduação) e a extinção do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Medicina, foram retirados da pauta.

O Conselho de Pesquisa havia aprovado uma moção repudiando as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os professores (chamados por ele de “coitados”). A moção foi incorporada à ata do CO.

Som dos Beatles anima festa da Adusp

Fotos: Daniel Garcia

No dia 7/10 a Adusp realizou sua tradicional festa baile, no Clube dos Professores. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas, que comemoraram o fim de mais um ano de trabalho ao som da banda Fonógrafo Brasil, do professor aposentado Reinaldo Salvitti, do IME.

No começo algo tímidos, os associados apenas conversavam animadamente com antigos amigos. Mas bastou a banda entoar os primeiros acordes de um clássico dos Beatles para que todos fossem para a pista relembrar os bons tempos do rock n'roll.

O professor do ICB Luiz Ribeiro do Vale foi o destaque da festa, dando um show de dança com sua esposa. Além do som dos inesquecíveis garotos de Liverpool, a banda também tocou outros clássicos das décadas passadas, como Bee Gees e Abba, além de MBP, forró e boleros.



Atendimento jurídico nas férias

Durante o mês de janeiro, o plantão do departamento jurídico da Adusp ficará suspenso. Em casos de urgência, os associados poderão entrar em contato com a secretaria da entidade, que os encaminhará a um dos advogados. O departamento voltará a suas atividades normais em fevereiro, com atendimento toda quarta-feira, das 9h às 13h.